

PMDB presidirá Câmara e Senado



O PMDB tem mais dez dias para arrumar-se internamente e preparar-se para conquistar a presidência da Câmara e do Senado. No Senado não há problema, ou já não há problema, decidida a Casa a entregar o comando à principal representação partidária, desde que o senador Mauro Benevides, o candidato, elimine pequenos obstáculos: a entrega da vice-presidência ao PFL, para evitar a repetição do efeito Iram Saraiva, e a concordância em distribuir proporcionalmente presidências e relatorias das comissões permanentes e temporárias.

Na Câmara, como se sabe, o problema existe com a costumeira rejeição de parte da bancada ao veterano Ulysses Guimarães, que pretende mais uma vez voltar à presidência da Casa, para ele tanto mais importante quanto ainda existe a possibilidade de que no próximo ano tenha de examinar reformas constitucionais. A conquista da presidência da Câmara nunca foi fácil para Ulysses. Ele sempre chegou lá na base da disputa enfrentando resistências. Mas a tradição indica também que ele é forte no partido.

Todos se lembram de que para sair candidato a presidente da República em 1989 o deputado paulista teve que saltar obstáculos. E que obstáculos! Enfrentou no voto Iris Rezende e Waldir Pires e teve, num segundo turno, de associar-se ao líder da Bahia, dando-lhe a vice, para se impor aos convencionais. E, mais, teve de aceitar a condição de negar o palanque aos moderados. Isso subverteu sua campanha e foi uma das causas do seu débil desempenho eleitoral.

Hoje ele volta à luta. Já não há esquerda radical no PMDB. Ela emigrou ou evaporou-se. Ou moderou-se a ponto de ser o próprio Ulysses a expressão mais à esquerda desse partido de centro. O passado causa ao presidente do partido alguns problemas, pois alienou a simpatia dos governadores eleitos do Amazonas, Pará e Goiás, e de suas bancadas de deputados. E há um embaraço novo: a ascensão do governador Orestes Quércia à posição de condestável do PMDB, com forte aceno para o futuro.

Quércia aparentemente apóia Ulysses. Na realidade, reforça a posição do deputado Ibsen Pinheiro. Pois exige que o presidente do PMDB se apresente co-

mo expressão de um consenso que não há. Na luta lhe dará apoio mas se diz sem condições de ordenar à bancada paulista em quem seus deputados devem votar.

O que Ulysses quer é precisamente que Quércia vire os votos desses seus correligionários que dificilmente resistiriam à palavra de ordem do seu líder. Apesar disso, o velho comandante continua forte no seu partido e será para seus contendores um osso duro de roer.

Mas o PMDB hoje já não é a força hegemônica que foi a partir de 1986. A grande maioria desmilinguiu-se nos embates eleitorais e hoje sua representação na Câmara é apenas um terço do que foi, embora continue como a principal bancada. Mas já não pode impor critérios para distribuição de postos nas comissões nem monopolizar os lugares de relator. Em consequência não terá mais o comando sistemático da votação das medidas provisórias. O bloco governista em formação não reivindicará a presidência da Casa mas será bastante forte para exigir a negociação.

Diz o senador Marco Maciel que a formação de blocos — eles poderão ser governistas, oposicionistas ou independentes — melhorará a negociação política, na medida em que deixa os partidos livres para sua auto-afirmação e abre a porta para a conversa e o acordo. Muito se resolverá por aí, inclusive a questão de quórum que frequentemente embaraça os trabalhos parlamentares. Ora, diz Maciel, acordo é quórum. Através dos blocos o entendimento se viabiliza mais facilmente e por aí se tornará possível o milagre do quórum em certas situações.

O governo, como se sabe, embarcou no bloco. A Câmara deve formalizar já o seu bloco governista, integrado pelo PFL e PRN, com a possível inclusão dos quatro deputados do PTR. Embora haja apenas uma semana mais de reuniões, o governo quis o bloco para já ainda que tenha de renová-lo a partir do dia 1º de fevereiro. Para atender a urgência, o deputado Ricardo Fiuza colheu as assinaturas individuais exigidas pelo regimento e despachou deputados — como Paes Landim, que foi a São Paulo — para cumprir a tarefa. O presidente Collor pôs à prova a capacidade de arregimentação dos seus agentes parlamentares.